

# Educação e Sociedade: Educação do Campo

Cheron Zanini Moretti  
Cristina Bencke Vergütz  
Jonas Hendler da Paz  
Morgana Pereira da Costa  
Roberto Kittel Pohlmann  
William Pollnow

2023

 **UNISC**  
UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL

 **Feira de  
Ciências**  
Inovação e Sustentabilidade



# INTRODUÇÃO

Como mencionamos em nossa carta, esse é um convite para o diálogo e leituras da palavra e do mundo. Mas, também é um convite à escuta atenta, amorosa e curiosa sobre o tema que orienta esse módulo de formação.

Sendo assim, assista ao vídeo da canção interpretada pelo educador e músico Roberto Pohlmann.

**Clique para assistir**



Sugerimos que, ao escutá-la atentamente, acompanhe a letra da canção que é de autoria de Gilvan Santos:

## A Educação do Campo

A Educação do Campo  
do povo agricultor  
precisa de uma enxada  
de um lápis e um trator  
precisa educador  
pra trocar conhecimento  
o maior ensinamento  
é a vida e seu valor

**Dessa história**  
**nós somos os sujeitos**  
**lutamos pela vida**  
**pelo que é de direito**  
**as nossas marcas**  
**se espalham pelo chão**  
**a nossa escola**  
**ela vem do coração**

Se a humanidade  
produziu tanto saber  
o rádio e a ciência  
e a “cartilha do ABC”  
mas falta empreender  
a solidariedade  
“soletrar” essa verdade  
tá faltando acontecer

Autoras e autores:



**Cheron Zanini  
Moretti**



**Cristina Bencke  
Vergütz**



**Jonas Hendler  
da Paz**



**Morgana Pereira  
da Costa**



**Roberto Kittel  
Pohlmann**



**William  
Pollnow**



# Para refletir

Agora, reflita sobre as características da educação do campo descrita na canção:

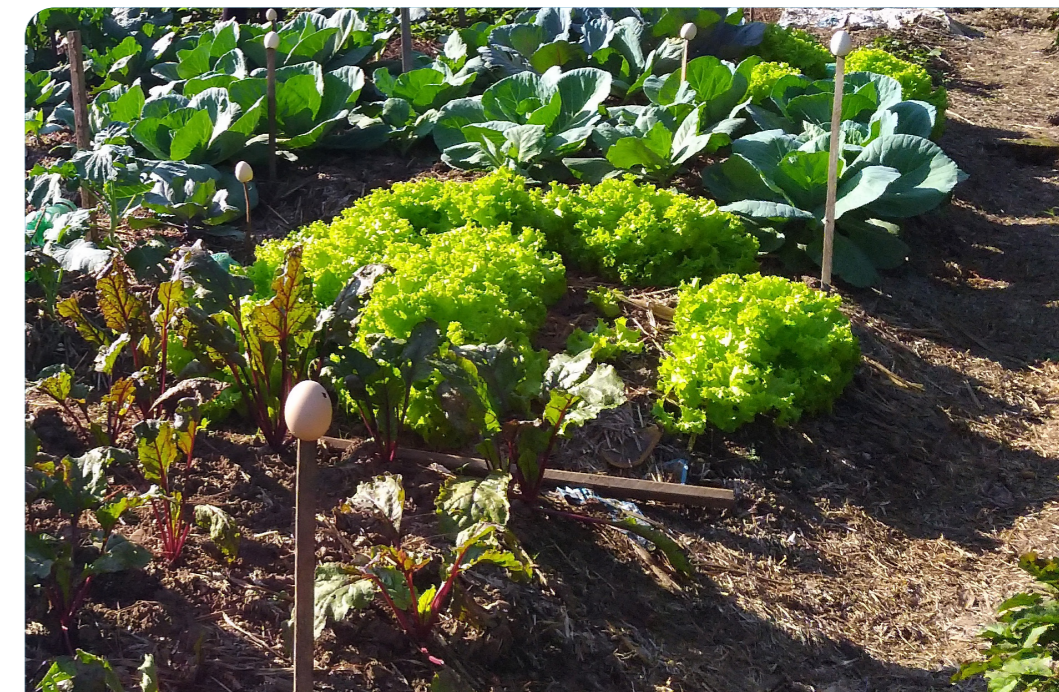
- 1) De que ela necessita?
- 2) Quem faz essa escola?
- 3) O que ainda falta na Escola do Campo, pelos versos do autor?
- 4) Agora, queremos conhecer a sua escola: do quê e por quem ela é feita? O que ainda está faltando nela?

Anote tudo em seu caderno, bloco de notas, no arquivo em word e/ou qualquer tecnologia que esteja a seu alcance.



## Sobre a canção é importante saber que:

a arte tem lugar de destaque na Educação do Campo, assim como no labor diário de agricultores e agricultoras. Diferentes manifestações fazem parte do dia-a-dia dos camponeses/as, tais como os cantos e o artesanato. Em respeito e conformidade com este “dia-a-dia”, desejamos que a canção selecionada, de Gilvan Santos, entoada com frequência nas Escolas Famílias Agrícolas do Vale do Rio Pardo, te acompanhe durante este módulo. A canção faz parte da coletânea **Cantares da Educação do Campo**, produzida pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).



## Sobre o compositor é importante saber que:

Gilvan Santos\* é natural de Palmeirais, estado do Piauí. Radicado em Teresina, foi lá que tomou contato com o ensino formal da música. Participou de diversos festivais e lançou seis CD'S, com foco na regionalidade. Gilvan, além de ser um artista preñado de brasilidade, também é um militante das causas sociais e educacionais, inclusive ajudando a criar o curso superior de Educação no Campo na Universidade Federal do Piauí. É um defensor da causa dos sem-terra e tem músicas dedicadas à causa.

\* O resumo de sua biografia foi escrito por sua esposa Raimunda Maria dos Reis e Silva e adaptado para esta publicação. O uso dessa canção e a sua interpretação foram autorizados por Gilvan Santos, especialmente para esse módulo de formação na Feira de Ciências da Unisc/2023.



# 1. O que é a Educação *do* Campo?

Em algum momento da vida, você conheceu alguém que estudou em uma escola localizada no campo. E, é possível que as memórias vivenciais tenham sido compartilhadas com você. Memórias sobre as salas de aulas, as professoras, as brincadeiras, as merendas, a paisagem natural, o percurso e o tempo para chegar à escola, os dias de chuva, frio e de calor intenso, enfim, dos cheiros, dos sons e das emoções que se produziu por um certo período da infância e da juventude. Mas, é possível que algumas memórias revelem que nem sempre essa escola considerou o contexto da vida no campo e as suas especificidades.

Assim, a Educação *do* Campo vai além da localização da escola *no* campo, pois ela é uma concepção de mundo porque é criada por sujeitos que conhecem bem aquela realidade em diálogo com a comunidade e com educadores e educadoras. Podemos entendê-la como a educação que surge e é defendida pelos sujeitos que lutam pelos direitos e interesses dos povos do campo. Trata-se de uma educação que reconhece a história e a luta de quem ali vive e produz a sua vida. Também é uma educação que leva em conta o trabalho realizado na terra, bem como a esperança de dias e de um mundo melhor.



A I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, realizada em Luziânia, Goiás, de 27 a 30 de julho de 1998, é um marco importante na reflexão coletiva sobre a concepção de uma educação específica para o campo, diferente daquela que reproduz os modos de vida da cidade, a Educação Rural. Mas, foi a partir das discussões realizadas no Seminário Nacional em Brasília, de 26 a 29 de novembro de 2002, que o termo Educação do Campo ganhou força e, posteriormente, foi reafirmado na II Conferência Nacional, realizada em julho de 2004. (CALDART, 2012).

A Educação *do* Campo também busca problematizar o modo como as mulheres e os homens produzem, criam e vivem do trabalho da terra. Ou seja, como se relacionam com a natureza, as técnicas de produção, extração e manejo dos bens naturais, além das relações entre as pessoas. Deste modo, a Educação *do* Campo procura questionar relações de exploração, de dominação e de opressão entre os seres humanos e destes em relação à natureza.







A Educação *do Campo* é feita *com e pelos* povos do campo (pensada e praticada) defendendo direitos e interesses que vão para além de seus próprios, pois são vitais para a natureza e a humanidade.



**A Educação do Campo” nomeia um fenômeno da realidade brasileira atual, protagonizado pelos trabalhadores do campo e suas organizações, que visa incidir sobre a política de educação desde os interesses sociais das comunidades camponesas. Objetivo e sujeitos a remetem às questões do trabalho, da cultura, do conhecimento e das lutas sociais dos camponeses e ao embate (de classe) entre projetos de campo e entre lógicas de agricultura que têm implicações no projeto de país e de sociedade e nas concepções de política pública, de educação e de formação humana. (CALDART, 2012, p. 259).**



**Leia mais nos verbetes “Educação do Campo” (CALDART, 2012, p. 259-267) e “Educação Rural” (RIBEIRO, 2012, p. 295-301).**





## 2. Educação Rural e Educação do Campo: diferentes concepções

A Educação Rural é aquela “instituída pelos organismos oficiais e teve como propósito a escolarização como instrumento de adaptação do homem [e da mulher] ao produtivismo e à idealização de um mundo do trabalho urbano.” (OLIVEIRA; CAMPOS; 2012, p. 240). Neste sentido, trata-se de uma educação desenvolvida no meio rural que favorece os modelos de exploração, dominação e opressão das/dos trabalhadoras/es rurais, assim como da própria natureza.

É importante mencionarmos que a Educação Rural remonta às primeiras décadas do século XX, sob o aspecto jurídico-administrativo, como parte de uma política de contenção do movimento migratório e fundada em modelo econômico predominantemente agrário.

A Educação Rural se alinha aos interesses do agronegócio e à visão de que o/a camponês/a não necessitam completar a sua educação básica para viver e trabalhar. Assim, a partir da problematização realizada na seção anterior, a Educação Rural se apresenta como um projeto político e educacional oposto aos interesses coletivos e humanizantes defendidos pela Educação do Campo.



**Assista ao vídeo “Educação do Campo” (Juventude Agroecologia, 2017) com o antropólogo, educador popular e pesquisador da Unicamp, Carlos Rodrigues Brandão e compreenda a relação entre Educação Popular e a Educação do Campo, além da diferenciação entre Educação *no* Campo e Educação *do* Campo.**

**Assista ao vídeo**





### 3. Os povos do campo: educação e território

É importante ter presente que o surgimento da Educação do Campo é fruto de uma longa trajetória de resistência e de luta dos povos na defesa de seu território, de sua cultura e do direito de ser sujeito da sua própria história - ser gente. Por isso, diversas populações rurais, famílias e comunidades (de diferentes etnias, culturas, gerações, biomas, religiosidades e histórias) fazem parte dos povos do campo: das comunidades indígenas, quilombolas e povos originários aos imigrantes de outros continentes; comunidades litorâneas, ribeirinhas, que vivem em diferentes biomas, climas e localização (da Caatinga ao Pampa). São sujeitos que vivem da produção de alimentos ou outros produtos oriundos do trabalho na terra, nas florestas e/ou nas águas.

No entanto, alguns sujeitos estão organizados coletivamente, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento das Mulheres Camponesas (MMC) e Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Já outros, não estão. Mas, todos estabelecem relações produtivas e reprodutivas com o território e demandam uma educação específica. São sujeitos que apresentam diferentes formas de produzir e viver, de conhecer e de se relacionar com/no mundo.

Assim, quando pensamos na concepção de Educação do Campo é impossível dissociá-la das pessoas que fazem uso de um território. E esse uso, influencia nas formas de conceber o conhecimento.



**[...] o território, em si mesmo, não constitui uma categoria de análise ao considerarmos o espaço geográfico como tema das ciências sociais, isto é, como questão histórica.**

**A categoria de análise é o território utilizado. (...) quando quisermos definir qualquer pedaço do território, deveremos levar em conta a interdependência e a inseparabilidade entre a materialidade, que inclui a natureza, é o seu uso que inclui a ação humana, isso é, o trabalho e a política. Dessa maneira, defrontamo-nos com o território vivo vivendo.**

**(SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 247).**





A Educação do Campo, em particular, não prescinde do trabalho, ação humana que gera e manifesta culturas e diferentes formas de ser, sentir, pensar e existir. Essas diferenças constituem uma identidade em comum entre os sujeitos do campo, ou seja, como aqueles que pertencem ao campo brasileiro, ao território camponês que, historicamente, é invisibilizado, ignorado e oprimido pela primazia da cidade como ideal de vida.

Portanto, a relação educação-território possibilita aos sujeitos conhecerem e se reconhecerem enquanto pertencentes a um espaço e tempo em comum. A Educação do Campo tem como intencionalidade: educar e reeducar os povos do campo, a partir e com as experiências, sabedorias e trabalhos produzidos e reproduzidos através dos vínculos estabelecidos com a terra e em comunidade.



Assista ao vídeo **“O Território Camponês”** (GCampo, 2021) com Marília Vidal, acadêmica de pedagogia e bolsista de Iniciação Científica do Grupo de Pesquisa Ontologia do Ser Social, História, Educação e Emancipação Humana da Universidade Estadual do Ceará. A partir da definição de espaço e território, compreenda as especificidades do território camponês, para além de sua delimitação geográfica.

**Clique para assistir**





## 4. Linha do Tempo: Educação do Campo e Políticas Educacionais

**1996:** A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, prevê adequações às peculiaridades da vida rural e de cada região.

○ **1997:** Em julho deste ano, o I Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (ENERA), realizado na Universidade de Brasília (UNB), veio a iniciar nacionalmente os primeiros debates sobre o direito à educação dos povos do campo. Nesse encontro, resultado de uma articulação entre o Grupo de Trabalho de Apoio à Reforma Agrária da Universidade de Brasília (GT-RA/UNB), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), debateram o modelo de educação rural vigente no campo. a vida rural e de cada região.

○ **1998:** Marco histórico, pois a expressão “Educação do Campo” passa a ser referência e concepção em substituição à “Educação Básica do Campo” durante a “I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo”, realizada em Goiás, de 27 a 30 de julho 1998, promovida pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), pela Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e pela Universidade de Brasília (UNB).

○ **1998:** Este ano é marcado, também, pelo lançamento do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), instituído em 16 de abril de 1998. Trata-se de uma política pública direcionada a jovens e adultos moradores de assentamentos criados ou reconhecidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), quilombolas, professores/as e educadores/as que exerçam atividades educacionais voltadas às famílias beneficiárias, além de pessoas atendidas pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF).

○ **2001:** É aprovado o Parecer CNE/CEB nº 36/2001, cuja ementa prevê as “Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo”.

○ **2001:** Foi promulgado o “Plano Nacional de Educação”, através da Lei nº 10.172/2001, que prevê entre suas diretrizes o “tratamento diferenciado para a escola rural”.

○ **2002:** A Resolução CNE/CEB nº 1/2002, “Institui Diretrizes



**2004:** Ocorreu a II Conferência Nacional por uma Educação do Campo entre os dias 02 a 06 de agosto, também em Luziânia, Goiás, e teve como alguns de seus objetivos discutir estratégias de implementação das diretrizes operacionais para educação básica do campo.

○ **2004:** Criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECADI), no âmbito do Ministério da Educação (MEC), onde foi instituída a Coordenação Geral da Educação do Campo.

○ **2005:** A primeira turma de Licenciatura em Educação do Campo (LEDoC) foi oferecida pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). A partir de 2009, o curso foi considerado regular e contou o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).

○ **2005:** Ocorreu o I Encontro Nacional de Pesquisa em Educação do Campo, em parceria com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Esse encontro teve por objetivo debater a produção do conhecimento científico, mapeando a demanda de pesquisas por parte dos movimentos sociais, governo federal e universidades sobre a Educação do Campo.

○ **2008:** A Resolução nº 2/2008 estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo.

○ **2010:** Institui-se o Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO), através do Decreto nº 7.352/2010 que prevê um conjunto de ações articuladas para a melhoria do ensino nas redes existentes, bem como, a formação dos/das professores/as, produção de material didático específico, acesso e recuperação da infraestrutura e qualidade da educação no campo em todas as etapas e modalidades.

○ **2010:** Criação do Fórum Nacional de Educação do Campo (FONEC) pelos movimentos populares, sindicais, organizações do campo, universidades, Institutos Federais, organizações internacionais, representações do Ministério da Educação e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), com o objetivo de fortalecer a autonomia, o debate, a elaboração e a consolidação de políticas públicas voltadas para a educação no campo.



**2011:** A Resolução nº 40/2011, “Dispõe sobre o Programa Nacional do Livro Didático do Campo (PNLD Campo) para as escolas do campo”.

○ **2012:** Publicação do Dicionário da Educação do Campo. Essa é uma obra coletiva e coordenada pela Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV), da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) do Rio de Janeiro, e pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

○ **2018:** O Encontro Nacional das Crianças Sem Terrinha, realizado de 23 a 26 de julho, em Brasília, sob o lema “Sem Terrinha em Movimento: Brincar, Sorrir, Lutar por Reforma Agrária Popular!” de caráter político, pedagógico e lúdico-cultural.

○ **2019:** Foi extinta, através do Decreto nº 9.465, de 2 de janeiro de 2019, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECADI).

○ **2021:** Publicação do Dicionário de Agroecologia e Educação, coordenado pela Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV-Fiocruz) e pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST, em parceria com a Editora Expressão Popular).

○ **2023:** Retomada da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECADI), sob a nomenclatura de Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão, contando, agora, com a “Diretoria de Políticas de Educação do Campo e Educação Escolar Indígena”.



## 5. BNCC, escolas e educação no/do campo

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), prevista tanto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 quanto no Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014, foi aprovada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) por meio do Parecer nº 15/2017 e homologada pela Portaria do Ministério da Educação (MEC) nº 1.570, de 20 de dezembro de 2017. Em 22 de dezembro de 2017 foi publicada a Resolução CNE/CP Nº 2, de instituição e orientação sobre a implementação da BNCC. E, em 14 de dezembro de 2018, foi homologada pelo MEC, a sua versão final para a etapa do Ensino Médio.



A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) estabelece diretrizes e objetivos de aprendizagem adequada às realidades e necessidades dos/das estudantes a cada etapa de ensino, bem como sugere que a sua implementação garanta a qualidade da educação por meio de competências e habilidades. O texto aponta, ainda, que as decisões sobre os conteúdos, a organização interdisciplinar dos componentes curriculares, seleção de metodologias e práticas didático-pedagógicas, bem como avaliação precisam considerar as diferentes modalidades de ensino. Portanto, é nesse contexto que a Educação do Campo é mencionada, uma única vez.

A BNCC demanda de uma estrutura legislativa alinhada aos sistemas de ensino, às políticas públicas e às Diretrizes Operacionais Curriculares para a Educação Básica nas Escolas do Campo, conforme a diversidade dos povos. Além disso, demanda formação continuada dos/das docentes, oferecendo-lhes suporte e subsídios críticos para propostas pedagógicas que contemplem essa diversidade, a fim de compreender a BNCC como uma base de orientação curricular e não como um currículo a ser aplicado e descontextualizado às realidades.



“

**Entre os protagonistas do processo de elaboração da BNCC (...) registra-se a presença efetiva de empresas, fundações e institutos de perfil privado, pertencentes à classe dominante brasileira, tais como: “Itaú, Unibanco, Natura, Fundação Roberto Marinho e institutos: Fundação Lemann, Instituto Ayrton Senna, Instituto Insper, Instituto Rodrigo Mendes, Instituto Singularidades, Instituto Inspirare, Cenpec, [...] e o Programa “Todos pela Educação” (...) colocam-se como a base de sustentação de formulação da BNCC e, por si só, explicitam o caráter classista e mercadológico da proposta que agora segue para a implementação no Ensino Médio de todo país.**

**(VERDÉRIO; JUNKERFEUERBORN DE BARROS, 2020, p. 11).**

Ainda que a implementação da BNCC esteja em curso, as controvérsias não são poucas. Uma das principais críticas realizadas pelos educadores/as, pela academia e pelos movimentos sociais vinculados à educação, é a de que a discussão e a consolidação do documento foram pouco respeitadas com as contribuições desses grupos. Além disso, a versão final da BNCC apresenta uma estrutura curricular que dificulta o acesso às universidades, pelas classes populares. De acordo com Verdério e Junkerfeuerborn de Barros, a BNCC aprovada e homologada “tem por prioridade unicamente a formação de trabalhadores flexíveis ao mercado de trabalho precarizado, estando voltada ainda para a preparação dos estudantes para avaliações que visam aumentar os índices de qualidade, reforçando assim apenas algumas disciplinas específicas”. (BNCC, 2020, p. 11). Essa lógica, se tomamos a concepção de Educação do Campo como referência, contraria a relevância do protagonismo dos sujeitos, do respeito às realidades sociais, culturais e econômicas do meio e da comunidade, além da valorização dos saberes populares na constituição de uma escola problematizadora.







Ainda que a implementação da BNCC esteja em curso, as controvérsias não são poucas. Uma das principais críticas realizadas pelos educadores/as, pela academia e pelos movimentos sociais vinculados à educação, é a de que a discussão e a consolidação do documento foram pouco respeitadas com as contribuições desses grupos. Além disso, a versão final da BNCC apresenta uma estrutura curricular que dificulta o acesso às universidades, pelas classes populares. De acordo com Verdério e Junkerfeuerborn de Barros, a BNCC aprovada e homologada “tem por prioridade unicamente a formação de trabalhadores flexíveis ao mercado de trabalho precarizado, estando voltada ainda para a preparação dos estudantes para avaliações que visam aumentar os índices de qualidade, reforçando assim apenas algumas disciplinas específicas”. (BNCC, 2020, p. 11). Essa lógica, se tomamos a concepção



de Educação do Campo como referência, contraria a relevância do protagonismo dos sujeitos, do respeito às realidades sociais, culturais e econômicas do meio e da comunidade, além da valorização dos saberes populares na constituição de uma escola problematizadora.

Assim, apesar de a BNCC intencionalizar o fortalecimento da formação integral, contemplando não apenas os conhecimentos científicos, mas a autonomia, o protagonismo dos sujeitos e as especificidades territoriais, ela não tem dialogado com o acumulado histórico da educação do campo. (Você pode consultar a **Linha do Tempo** que apresentamos na seção anterior e acessar os documentos voltados para a Educação do Campo).





*Toda a discussão realizada em torno da BNCC, nos últimos anos, permite-nos considerar os possíveis riscos de seu uso descontextualizado e acrítico. Por exemplo, o documento final reitera a dicotomia cidade/campo e urbano/rural. Nesse sentido, convidamos a ler e a refletir junto do educador da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Miguel G. Arroyo:*



**A cultura hegemônica trata os valores, as crenças, os saberes do campo de maneira romântica ou de maneira depreciativa, como valores ultrapassados, como saberes tradicionais, pré-científicos, pré-modernos. Daí que o modelo de educação básica queira impor para o campo currículos da escola urbana, saberes e valores urbanos, como se o campo e sua cultura pertencessem a um passado a ser esquecido e superado. Como se os valores, a cultura, o modo de vida, o homem e mulher do campo fossem uma espécie em extinção. Uma experiência humana sem mais sentido, a ser superada pela experiência urbano-industrial moderna. Daí que as políticas educacionais, os currículos são pensados para a cidade, para a produção industrial urbana, e apenas se lembram do campo quando se lembram de situações “anormais”, das minorias, e recomendam adaptar as propostas, a escola, os currículos, os calendários a essas “anormalidades”. Não reconhecem a especificidade do campo [...]. (ARROYO, 2004, p. 79-80).**

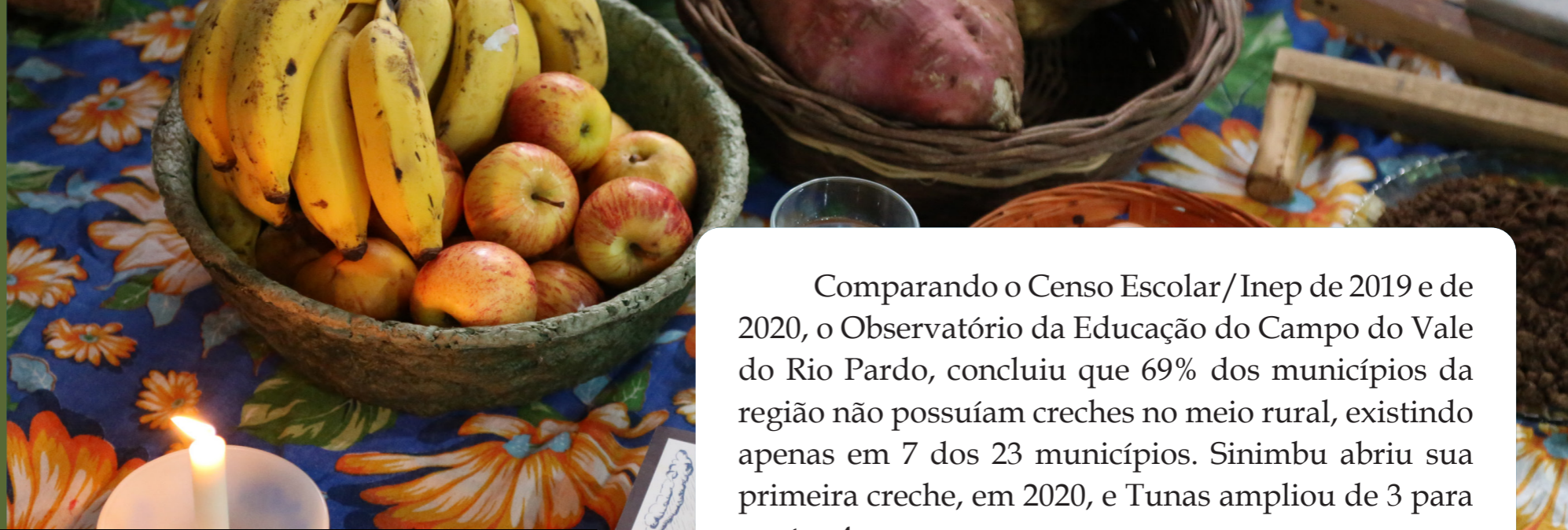


## **6. Vale do Rio Pardo: alguns dados sobre as escolas na área rural**

O Vale do Rio Pardo possui uma área rural correspondente a 97,9% de seu território; estima-se que 37% da população estabelece relações de existência e manutenção da vida através da agricultura familiar praticada, em grande maioria, em pequenas propriedades rurais.



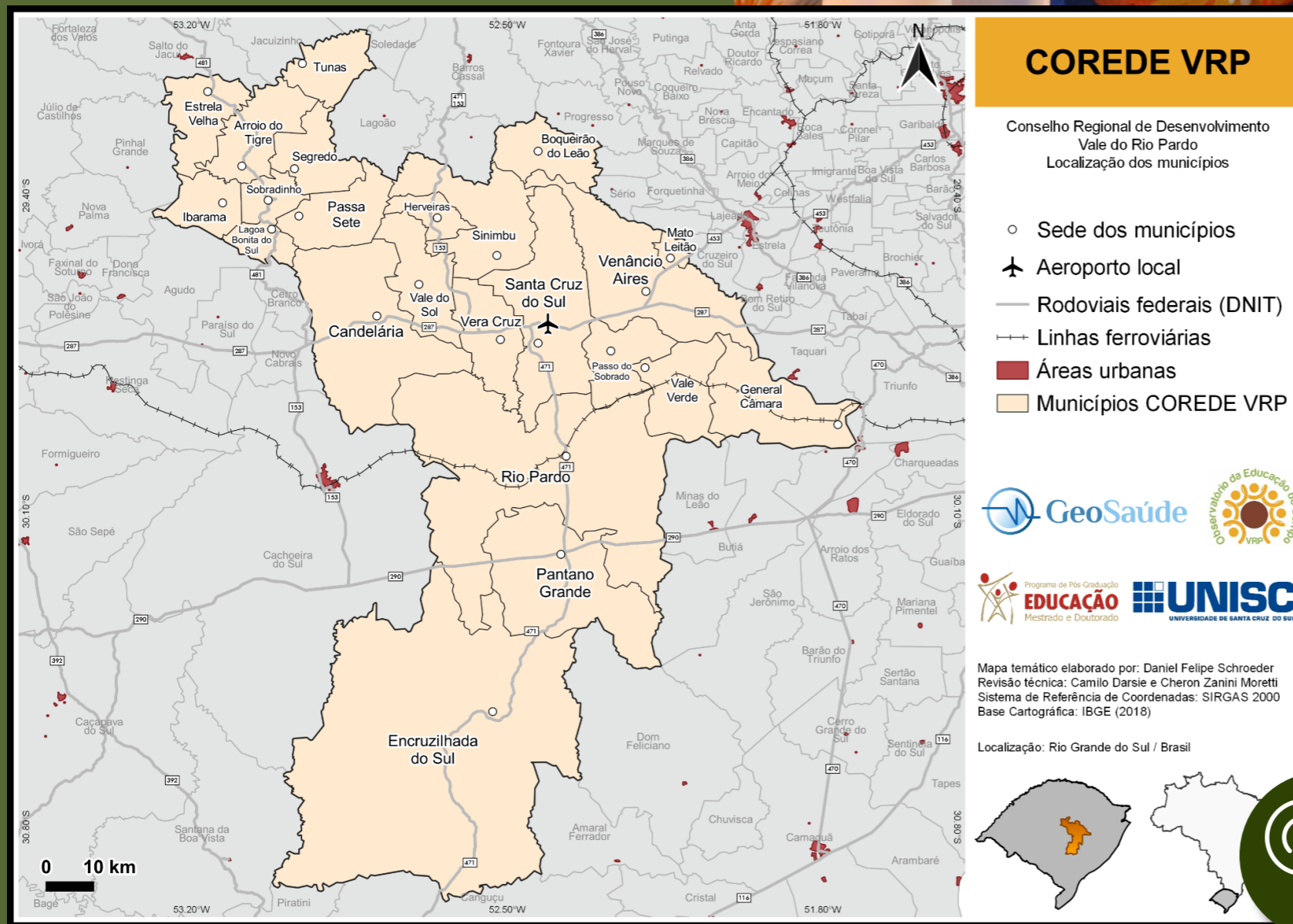
Trata-se de uma região formada por 23 municípios<sup>1</sup>, de acordo com a territorialização estabelecida pelo Conselho de Desenvolvimento Regional (COREDES) do Rio Grande do Sul. Além disso, possui 40% do total de escolas localizadas no campo, em suas diferentes etapas: educação infantil, ensino fundamental (anos iniciais e anos finais) e ensino médio, nas esferas públicas e privadas.



Comparando o Censo Escolar/Inep de 2019 e de 2020, o Observatório da Educação do Campo do Vale do Rio Pardo, concluiu que 69% dos municípios da região não possuíam creches no meio rural, existindo apenas em 7 dos 23 municípios. Sinimbu abriu sua primeira creche, em 2020, e Tunas ampliou de 3 para quatro 4.

O número total de escolas, de um modo geral, reduziu de um ano para o outro. Em 2019, o Vale do Rio Pardo tinha 195 escolas; e, em 2020, 186. O município do Arroio do Tigre teve a redução mais significativa, pois, em 2019 tinha 12 escolas e em 2020, apenas 9, o que representa uma redução de 25%. Sobradinho é o único município que não oferecia escolas para a etapa dos Anos Finais do Ensino Fundamental, no meio rural. Já o município de Mato Leitão, apresentou 1 escola em 2019 e a manteve em 2020. Apenas 5 municípios, dos 23 que compõem o COREDE, apresentaram escolas com Ensino Médio, representando uma ausência de mais de 78%, ou seja, 18 municípios não oferecem essa etapa do ensino, no meio rural.

Ainda que se possa identificar alguns incrementos nos números de matrículas ativas em alguns municípios, comparando o mesmo biênio, a tendência geral foi de diminuição em todas as etapas de ensino e modalidades. É pertinente a preocupação em relação à baixa presença de escolas no campo, especialmente, na educação infantil e anos finais da educação básica, além da modalidade da Educação de pessoas Jovens e Adultas (EJA).



1 (Arroio do Tigre, Barros Cassal, Boqueirão do Leão, Candelária, Encruzilhada do Sul, Estrela Velha, General Câmara, Herveiras, Ibarama, Mato Leitão, Pantano Grande, Passa Sete, Passo do Sobrado, Rio Pardo, Santa Cruz do Sul, Segredo, Sinimbu, Sobradinho, Tunas, Vale do Sol, Vale Verde, Venâncio Aires, Vera Cruz)

Fonte: SCHROEDER, D. F.; BIANCHINI, M. A.; DARSIE, C.; MORETTI, C.Z. 2021. Localização dos municípios do Vale do Rio Pardo. Escala 1:1.000.000. Disponível em: <https://www.observaeducampovrp.com/cartografia>



# 7. Conheça o Observatório da Educação do Campo do Vale do Rio Pardo e do Rio Grande do Sul

O **Observatório da Educação do Campo no Vale do Rio Pardo** tem sua origem nas lutas das Escolas Famílias Agrícolas contra o fechamento das escolas no campo, contra o uso de agrotóxicos e em defesa da agricultura familiar agroecológica, bem como na sua atuação nos movimentos pela educação do campo como um direito.

O Observatório reúne um conjunto de dados e de informações sobre educação no/do campo, bem como a análise dos mesmos com a finalidade de:

- Apoiar pedagógica e politicamente os povos do campo na defesa da escola pública.
- Antecipar problemas, mediante análise de demandas e de diagnósticos da sociedade civil.
- Fortalecer os fóruns da Educação do Campo.
- Sistematizar experiências educacionais do/no campo no Vale do Rio Pardo.
- Sistematizar e apoiar experiências de mulheres trabalhadoras rurais para/na transição agroecológica, para soberania alimentar e para a igualdade de gênero.
- Sistematizar e analisar dados estatísticos educacionais produzidos pelo INEP a fim de aprofundar estudos sobre a realidade educacional da região.

- Subsidiar educadores e educadoras do/no campo com informações que permitam uma melhor compreensão sobre a realidade.
- Apoiar projetos de pesquisas de diferentes níveis (graduação, mestrado, doutorado, pós-doutorado), além de subsidiar projetos de pesquisas realizados no âmbito das EFAs.
- Contribuir com a formação e consolidação de uma rede de observatórios regionais através do ObservaEduCampoRS.

A coordenação do Observatório da Educação do Vale do Rio Pardo é compartilhada entre a Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), a Escola Família Agrícola de Santa Cruz do Sul (EFASC) e a Escola Família Agrícola de Vale do Sol (EFASOL). E, vem contribuindo com o **“Observatório da Educação do Campo do Estado do RS: Rede de Observatórios Regionais”**, projeto coordenado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). as das regiões do COREDE Jacuí Centro e COREDE Litoral Podem consultar informações sobre a educação no campo no site do Observatório da Educação do Campo RS.

Os/As educadores/as das regiões do COREDE **Jacuí Centro**<sup>2</sup> e COREDE **Litoral**<sup>3</sup> Podem consultar informações sobre a educação no campo no site do Observatório da Educação do Campo RS.

<sup>2</sup> (Cachoeira do Sul, Cerro Branco, Novo Cabrais, Paraíso do Sul, Restinga Seca, São Sepé e Vila Nova do Sul).

<sup>3</sup> (Arroio do Sal, Balneário Pinhal, Capão da Canoa, Capivari do Sul, Caraá, Cidreira, Dom Pedro de Alcântara, Imbé, Itati, Mampituba, Maquiné, Morrinhos do Sul, Mostardas, Osório, Palmares do Sul, Terra de Areia, Torres, Tramandaí, Três Cachoeiras, Três Forquilhas e Xangri-lá)



# Você sabia?

## A. Que o girassol é o símbolo da Educação do Campo?

Os girassóis em sua fase de crescimento, começam o dia virados de frente para o sol, ao leste e, conforme as horas vão passando, a flor o acompanha até o oeste; já, à noite, as flores giram novamente para o leste, recomeçando seu ciclo. (VELOCCI, 2016). Este movimento, chamado de heliotropismo, permite com que o pedúnculo receba energia solar capaz de auxiliar na produção de hormônios responsáveis pelo crescimento da planta. Por isso, o girassol apresenta-se como símbolo para a Educação do Campo, pois, assim como a sua flor, o trabalhador e a trabalhadora do campo acompanham o movimento do sol para realizarem suas atividades. Assim, à noite, em sentido inverso, descansam em suas casas esperando pela chegada do sol na manhã seguinte.



## B. Que há duas Escolas Famílias Agrícolas no Vale do Rio Pardo?

Isso mesmo! As Escolas Família Agrícola de Santa Cruz do Sul (EFASC) e de Vale do Sol (EFASOL) oferecem cursos de Ensino Médio e Técnico em Agricultura para jovens do campo. Trata-se de uma experiência de educação que surgiu na França, nos anos de 1930, adaptou-se em diferentes lugares, chegando ao Brasil, em 1968. Porém, apenas em 2009, ganhou morada no Rio Grande do Sul com a fundação da EFASC.

De lá pra cá, a EFASC e a EFASOL formaram 457 jovens para atuarem nas unidades produtivas familiares do Vale do Rio Pardo, estabelecendo algum vínculo com a terra.







A EFASC e a EFASOL atuam através da Pedagogia da Alternância em uma perspectiva agroecológica, ou seja, a partir de uma práxis social e científica voltada para outro projeto societário: soberano e justo. Em termos práticos, essa pedagogia propõe que o sujeito vivencie-reflita o processo educativo durante uma semana na escola, chamada de sessão escolar, e na semana seguinte na sua propriedade, chamada de sessão familiar. A alternância entre espaços e tempos oportuniza que o/a jovem (re)pense e busque por resoluções de problemas concretos da sua realidade, ao trocar saberes e construir conhecimentos com os/as demais jovens, com os/as educadores/as, com suas famílias e com os/as moradores/as das suas comunidades.

Assim, o trabalho no campo forma uma unidade entre produção e reprodução da vida. A agroecologia não é isolada das diferentes esferas da vida, de homens e de mulheres na relação entre si e com a natureza. Logo, constitui-se como um farol epistêmico, ou seja, como modo de compreender e criar o mundo. Trata-se de conhecer o meio e interagir com o ecossistema de forma respeitosa e equilibrada, garantindo alimento saudável e nutritivo na mesa, valorizando os saberes ancestrais e populares já existentes nas comunidades. A Pedagogia da Alternância e a Agroecologia alimentam os corpos e as mentes das Escolas Famílias Agrícolas.

## No Vale do Rio Pardo, há outras experiências de educação no campo. Vamos conhecê-las?

Aqui, na região do Vale do Rio Pardo há dois programas institucionais que apoiam o/a estudante do campo: o Programa de Aprendizagem Profissional Rural fomentado pelo Instituto Crescer Legal, e o Programa Cooperativas Escolares, pelo Sistema de Crédito Cooperativo (Sicredi). Essas iniciativas pretendem fortalecer as habilidades e competências propostas pela BNCC.

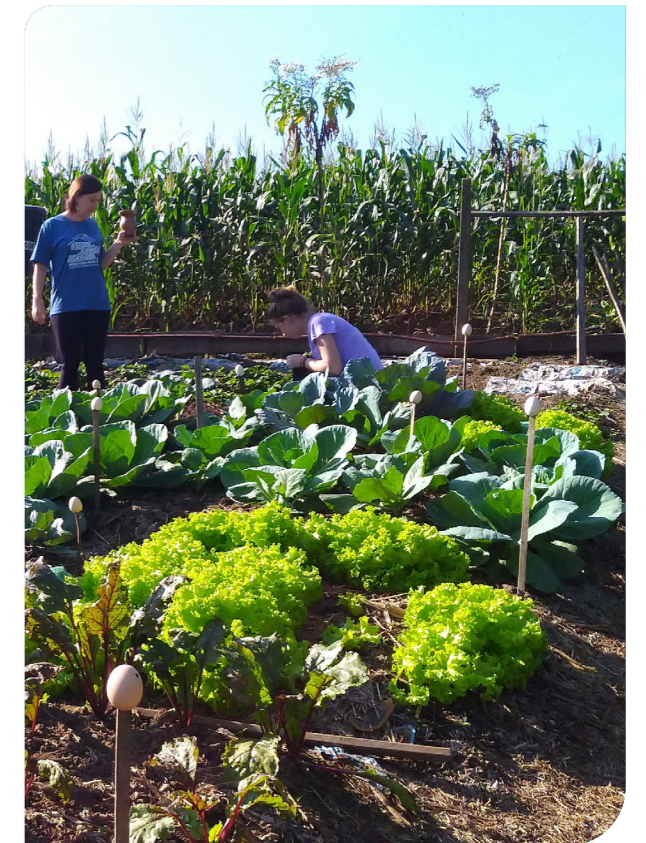




O Programa Cooperativa Escolar está em constante expansão, passando por uma reformulação metodológica desde 2020. Atualmente, conta com mais de 150 cooperativas escolares, não apenas no Rio Grande do Sul, mas também em outros estados brasileiros. É interessante destacar que a maioria dessas cooperativas está presente em escolas localizadas em áreas rurais, onde o cooperativismo é compreendido como uma proposta educativa. Nesse sentido, os/as estudantes desempenham um papel ativo como pesquisadores/as e compartilham conhecimentos entre si sob orientação do/a professor/a através dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS's), sugeridos pela Organização das Nações Unidas (ONU) e pelos princípios cooperativistas.

Já o Programa de Aprendizagem Profissional Rural, fundado em 2015, oferece formação profissional em Gestão Rural e Empreendedorismo para jovens que vivem no campo. Os/as jovens aprendizes são contratados/as por empresas associadas ao Instituto Crescer Legal, recebendo salário proporcional à carga horária do curso. As atividades teóricas ocorrem nas escolas, enquanto as práticas são realizadas nas suas comunidades. O Programa visa combater o trabalho infantil, fortalecer a gestão sustentável das propriedades rurais e oferecer oportunidades de geração de renda e desenvolvimento de habilidades para os/as jovens do campo.

Em suma, é importante ressaltar que os programas mencionados visam fortalecer os laços da juventude com a terra, incentivando-os a permanecer e cultivar em suas propriedades.



## Convite à reflexão e leitura atenta

**Agora, convidamos a pesquisarem essas e outras experiências educacionais no campo. E, considerando tudo o que você já leu nesta trilha de aprendizagem sobre a educação do campo, é possível identificar diferenças de concepção educacional entre elas?**





# REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzalez. A educação básica e o movimento social do campo. In: ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. *Por uma educação do campo*. Petrópolis: Vozes, 2004.

BRASIL. *Ministério da Educação*. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>

CALDART, Roseli Salete. Educação do Campo [Verbetes]. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.) *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 259-267. Disponível em: [https://www5.unioeste.br/portalunioeste/images/files/GEFHEMP/Textos\\_Bloco\\_I/01\\_B\\_-\\_Roseli\\_S\\_Caldart\\_-\\_Educa%C3%A7%C3%A3o\\_do\\_Campo.pdf](https://www5.unioeste.br/portalunioeste/images/files/GEFHEMP/Textos_Bloco_I/01_B_-_Roseli_S_Caldart_-_Educa%C3%A7%C3%A3o_do_Campo.pdf)

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do oprimido*. 15 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008. Disponível em: <https://bit.ly/3NdtZkh>

FREIRE, Paulo. *Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar*. 23 ed. São Paulo: Olho D'Água, 2012. Disponível em: <https://nepegeo.paginas.ufsc.br/files/2018/11/Paulo-Freire-Professora-sim-tia-n%C3%A3o-Cartas-a-quem-ousa-ensinar.pdf>

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 41. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005. (Coleção O mundo, hoje; v. 21). Disponível em: <https://cpers.com.br/wp-content/uploads/2019/10/Pedagogia-do-Oprimido-Paulo-Freire.pdf>

FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015. Disponível em: <https://fasam.edu.br/wp-content/uploads/2020/07/Extensao-ou-Comunicacao-1.pdf>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Agropecuário*. Brasília, 2017. Disponível em: [https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo\\_agro/resultadosagro/index.html](https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/index.html)



# REFERÊNCIAS

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. *Sinopse Estatística da Educação Básica 2020*. Brasília: INEP, 2021.

Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-basica>

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. *Sinopse Estatística da Educação Básica 2019*. Brasília: INEP, 2020.

Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-basica>

MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. *II Conferência Nacional por uma Educação do Campo discute paradigmas sociais*. 2004. Disponível em: <https://mst.org.br/2004/08/04/ii-conferencia-nacional-por-uma-educacao-do-campo-discute-paradigmas-sociais>

OLIVEIRA, Lia Maria Teixeira de; CAMPOS, Marília. Educação Básica do Campo [Verbetes]. In: ALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO,

Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.) *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 239-246. Disponível em: [https://www5.unioeste.br/portalunioeste/images/files/GEFHEMP/Textos\\_Bloco\\_I/01\\_B\\_-\\_Roseli\\_S\\_Caldart\\_-\\_Educa%C3%A7%C3%A3o\\_do\\_Campo.pdf](https://www5.unioeste.br/portalunioeste/images/files/GEFHEMP/Textos_Bloco_I/01_B_-_Roseli_S_Caldart_-_Educa%C3%A7%C3%A3o_do_Campo.pdf)

PETRY, Heitor Álvaro. SILVEIRA, Rogério Leandro da. (Coord.). *Planejamento Estratégico de Desenvolvimento do Vale do Rio Pardo (2015-2030)*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2017. Disponível em: <https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201710/09144422-plano-valedo-riopardo.pdf>

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil. Território e sociedade no início do século XXI*. 4 ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Editora Record, 2002.

VELOCCI, Carli. *Por que o girassol acompanha o movimento do sol?* GizModo. 2016. Disponível em: <https://gizmodo.uol.com.br/girassol-acompanha-sol>



# REFERÊNCIAS

VERDÉRIO, Alex.; JUNKERFEUERBORN DE BARROS, Adriana. A Educação do Campo frente à Base Nacional Comum Curricular. *Práxis Educativa*, [S. l.], v. 15, p. 1–16, 2020. DOI: 10.5212/PraxEduc.v.15.15299.100. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/15299>

MORETTI, C.Z. (et al). *Educação e Sociedade: Educação do Campo. Feira de Ciências – Inovação e Sustentabilidade*. Santa Cruz do Sul: EAD Unisc, 2023.





**UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL**

**Rafael Frederico Henn**  
REITOR

**Andréia Rosane de Moura Valim**  
VICE-REITORA

**Rolf Fredi Molz**  
PRÓ-REITOR ACADÊMICO

**Dorivaldo Brites de Oliveira**  
PRÓ-REITOR ADMINISTRATIVO

**Silvia Raquel Rocha**  
CHEFE DE GABINETE

**Giana Diesel Sebastiany**  
DIRETORA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO

**Rudimar Serpa de Abreu**  
DIRETOR DE FORMAÇÃO CONTINUADA  
E TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS

**Fernando Batista Bandeira da Fontoura**  
DIRETOR DE FINANÇAS

**Adilson Ben da Costa**  
DIRETOR DE PESQUISA, EXTENSÃO E STRICTO SENSU

**Rafael Kist**  
DIRETOR DE INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO

**FEIRA DE CIÊNCIAS - INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE**

**Educação e Sociedade: Educação do Campo**

**Cheron Zanini Moretti**  
**Cristina Bencke Vergütz**  
**Jonas Hendler da Paz**  
**Morgana Pereira da Costa**  
**Roberto Kittel Pohlmann**  
**William Pollnow**  
PRODUÇÃO TEXTUAL DA REVISTA

**Maicon Cássio Riediger**  
PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

**Maio de 2023**

